



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1716, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2011

Saída de ministros não soluciona a herança maldita do governo petista

Os deputados **Nelson Marchezan Junior (RS)** e **Rodrigo de Castro (MG)** afirmaram que Lula e Dilma são os responsáveis pela crise política motivada pelas denúncias de corrupção que já derrubaram quatro ministros. Os tucanos acreditam que as nomeações feitas pelo ex-presidente e sua sucessora aparelharam o Estado, provocando uma “privatização do setor público”.

Para os deputados, esse legado não é um factoide da oposição ou da imprensa, como acusam alas governistas, segundo reportagens dos jornais “O Globo” e “O Estado de S. Paulo” da última semana. Marchezan destacou que as indicações dos ministros e outros funcionários envolvidos em irregularidades foram feitas quando Dilma chefiava a Casa Civil, ou seja, tiveram seu aval. “Não há como

desvinculá-la desse problema, pois ela contribuiu para construir isso e se beneficiou do esquema montado para a eleição”, ressaltou.

De acordo com o tucano, a dita “faxina” não existe. “As pessoas não estão caindo por iniciativa da presidente, nem do PT ou dos partidos da base, mas por denúncias da oposição e da imprensa, que vêm mostrando o que realmente o governo está fazendo com o dinheiro público”, criticou.

Segundo Rodrigo de Castro, os problemas que atingem o Planalto são fruto da gestão Lula. “Estamos assistindo várias pessoas sem a honradez necessária ocuparem cargos e isso cria uma crise constante. Esse aspecto negativo tem se acentuado, primeiro com Lula e agora com Dilma, que esteve do lado dele como grande articuladora nos anos anteriores”, apontou. @

“As pessoas não estão caindo por iniciativa da presidente, nem do PT ou dos partidos da base, mas por denúncias da oposição e da imprensa, que vêm mostrando o que realmente o governo está fazendo com o dinheiro público.”

■ Deputado Nelson Marchezan Junior (RS)

Tentativa de simular disputa em licitação reforça existência de esquema na Agricultura

A denúncia de que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi usada indevidamente para simular disputa em uma licitação do Ministério da Agricultura reforça a existência do esquema de corrupção, acreditam os deputados **João Campos (GO)** e **Reinaldo Azambuja (MS)**. O contrato faz parte de uma série de episódios que levaram à queda do ex-ministro Wagner Rossi, que pediu demissão no último dia 17. O pregão terminou com a vitória da Fundação São Paulo (Funasp).

Reportagem da “Folha de S. Paulo” mostrou que papéis forjados, uma assinatura falsa e um número de fax inexistente foram utilizados para criar uma proposta em nome da FGV, que diz não ter se interessado pelo negócio. Segundo a matéria, o lobista Júlio Frões, que tinha livre acesso à pasta na gestão de Rossi, foi acusado de distribuir propina depois de garantir o convênio com a Funasp, em agosto de 2010. A instituição ganhou um contrato de R\$ 9,1 milhões com a Agricultura para treinar funcionários.

João Campos destacou que a estratégia é um modo diferente de operar as irregularidades. “A cada denúncia que surge, somos convencidos de que a corrupção não é uma coisa isolada ou pontual”, afir-

ma. Segundo ele, a fraude foi planejada e pensada por aqueles que comandam o sistema.

Na opinião do tucano, a exoneração dos infratores não é suficiente. “Os corruptos não devem apenas deixar os cargos, eles têm que responder criminalmente, civilmente e devolver o dinheiro.”

“Mais esse desvio em licitação reforça aquilo que estamos falando há muitos dias: a necessidade de uma CPI”, afirmou Azambuja. Segundo ele, a Comissão Parlamentar de Inquérito vai permitir a apuração profunda das denúncias. “Infelizmente, a sujeira na gestão do PT está impregnada em todos os ministérios e precisa realmente ser passada a limpo.”

Campos completa que o esquema funcionava desde a época do ex-presidente Lula. “O governo tinha uma capacidade imensa de colocar tudo isso debaixo do tapete. Agora chegou num estágio em que nem o tapete pode acobertar tudo isso”, avaliou. @

R\$ 9,1 milhões

É o valor do contrato assinado entre Funasp e Ministério da Agricultura para treinamento de funcionários.

Enquanto sobra dinheiro para corrupção, falta para melhorar a qualidade de vida da população

Apesar de sucessivos recordes de arrecadação, o governo, paralisado por uma onda de escândalos, não consegue converter os recursos em investimentos para melhorar a saúde, educação e segurança, serviços essenciais à população, avaliam os deputados **Valdivino de Oliveira (GO)** e **Vaz de Lima (SP)**.

O recolhimento de tributos federais continua em expansão, mesmo com sinais de queda na atividade econômica, e chegou a R\$ 90,247 bilhões em julho, volume recorde para o mês. O crescimento é de 21,31% na comparação com igual período de 2010.

Para Valdivino, o cenário atual do país é preocupante. “Levando em consideração que a produção teve uma redução no mês de maio, a carga tributária só pode estar em alta”, afirmou. “O governo vai enchendo o seu caixa, mas faltam recursos para saúde, educação e segurança das cidades”, acrescentou.

O tucano destaca a proliferação da corrupção na administração petista, que anestesiou a gestão pública. “O governo não tem tido competência para trabalhar os

principais programas que ele mesmo idealizou no período eleitoral. Em todo lugar do país, a população reclama, principalmente dessas três áreas”, apontou.

Vaz de Lima acrescenta que o aumento de arrecadação ocorre por causa da ganância do ex-presidente Lula para eleger Dilma Rousseff sua sucessora. “Só mostra que há uma sanha. O governo está camuflando a conta. Ele fala que vai diminuir os impostos de alguns setores, mas sobe as alíquotas das contribuições sociais”, disse. “Estamos pagando a conta da eleição. O que o Lula fez para eleger Dilma deixou um rombo enorme.”

Vaz de Lima disse que este é o momento de cortar os gastos e evitar tanta corrupção. “Controlar de forma exaustiva os ralos que são colocados no governo. É isso que a economia está sinalizando”, destacou. 

R\$ 90,247 bilhões

Foi o valor da arrecadação em julho, segundo a Secretaria da Receita Federal.

 **Planalto perde oportunidade para correção de rumos, com contenção de gastos e diminuição dos juros**

Projeto de Mendes Thame permite saque do FGTS para tratar hepatite C

O deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** apresentou projeto de lei que permitirá ao trabalhador sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou um dependente contrair hepatite C viral. A proposta funcionará nos moldes de doenças graves como Aids e câncer.

O tucano informa que, no Brasil, milhões de brasileiros são portadores da doença, mas o problema só é detectado depois de 10 a 30 anos instalado no fígado.

O deputado afirma que o governo federal falha na prevenção e no diagnóstico da enfermidade. “Apenas 30 mil pessoas são tratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A doença é muito traiçoeira, insidiosa. Ela se desenvolve rápido e, quando começam a aparecer os sintomas, o paciente já está com uma cirrose avançada ou precisando de um transplante.”

“As pessoas devem ser orientadas a ter o seu próprio instrumento quando forem a uma manicure porque essa é uma das fontes mais expressivas de transmissão da doença”, finalizou.  

Tripoli defende o cumprimento da meta de redução de emissão de gases

Designado pela Comissão de Meio Ambiente Sustentável da Câmara relator da Subcomissão Especial que vai acompanhar as atividades da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, o deputado **Ricardo Tripoli (SP)** ressaltou que o encontro, a ser realizado em junho de 2012 no Rio de Janeiro, discutirá alternativas para uma economia sustentável.

“O evento é uma avaliação dos 20 anos após a convenção mundial de meio ambiente feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio, onde o maior número de chefes de Estado esteve presente, além de organizações não governamentais, para debater a questão ambiental”, afirmou o tucano, em entrevista ao Programa Manhã no Parlamento, da Rádio Câmara.

A Frente Parlamentar Ambientalista promoverá, a partir de setembro, debates sobre a iniciativa. “A Rio+20 tem uma importância grande principalmente pelos temas que lá serão debatidos. A questão da diversificação dos solos, do problema da contaminação das águas, das queimadas”, disse.  

Leia também em nosso blog:

- Kaefer destaca importância de criação da CPI para investigar desmandos
- Macris propõe debate sobre direitos de funcionários comissionados
- Eduardo Gomes solicita sessão para comemorar aniversário do Tocantins
- Deputado pede audiência para discutir alteração de limites de parques nacionais
- Direto do Twitter, com os deputados Rogério Marinho (RN), Marcus Pestana (MG), Otavio Leite (RJ) e César Colnago (ES)
- Direto do Plenário, com os deputados Domingos Sávio (MG) e Marcus Pestana (MG)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 